

OS NÚMEROS DOS ASSASSINATOS INDÍGENAS GUARANI-KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL

Lara Dalperio Buscioli

Doutoranda em Geografia - FCT-UNESP

Presidente Prudente/SP

E-mail: lara.dalperio@gmail.com.

Resumo

As terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul refletem um processo de conflito histórico permeado pela atuação de diversos sujeitos em diferentes contextos que marcaram o que é o estado atualmente. Neste sentido, com a busca de territórios pelo Estado através de suas políticas de “desenvolvimento” acarretaram em mudanças significativas na forma de uso do território que impactam diretamente a vida dos indígenas, especialmente os Guarani-Kaiowá. Estes sujeitos buscam por meio de ações de enfrentamento reverter o quadro de desterritorialização vividos desde as políticas de colonização do estado, mas esta configuração histórica gera efeitos negativos no âmbito do espaço vivido e um destes elementos são os assassinatos. Com isso, o trabalho tem como objetivo apresentar os dados sobre os assassinatos Guarani-Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul entre os anos de 2003 a 2014, sistematizados por meio dos dados do Conselho Indigenista Missionário e da Fundação Nacional do Índio, bem como de pesquisa bibliográfica. Diante de tais apontamentos, compreendemos que os assassinatos indígenas acontecem por diferentes motivos, mas o caráter central deles encontra-se na dimensão territorial – terra.

Palavras-Chave: Mato Grosso do Sul; Questão Indígena; Assassinatos; Guarani-Kaiowá.

THE NUMBERS OF GUARANI-KAIOWÁ INDIGENOUS MURDERERS IN MATO GROSSO DO SUL

Abstract

The indigenous lands in the state of Mato Grosso do Sul reflects a process of historical conflict permeated by the performance of several subjects in different contexts that marked what the state is currently. In this sense, the search for territories by the State through its "development" policies have led to significant changes in the way of land use that directly impact the lives of indigenous people, especially the Guarani-Kaiowá. These subjects seek by means of coping actions to reverse the picture of deterritorialization experienced since the policies of colonization of the state, but this historical configuration generates negative effects within the lived space and one of these elements are the murders. The purpose of this paper is to present data on the Guarani-Kaiowá murders in the state of Mato Grosso do Sul between 2003 and 2014, systematized through data from the Conselho indigenista Missionário and the Fundação Nacional do Índio, as well as of the bibliographic research. Faced with such notes, we understand that indigenous murders happen for different reasons, but their central character lies in the territorial-land dimension.

Keywords: Mato Grosso do Sul; Indigenous Question; Murders; Guarani-Kaiowá.

Introdução

Este trabalho apresenta parte das discussões realizadas na dissertação de mestrado intitulada “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nãnderu”, com orientação do professor doutor Bernardo Mançano Fernandes e com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na condição de bolsista.

Esta pesquisa buscou analisar os impactos e as resistências da inserção do grupo francês Louis Dreyfus Commodities nos três assentamentos originários de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e no acampamento-tekoha Laranjeira Nãnderu pertencentes aos Guarani-Kaiowá no município de Rio Brillante (MS).

Assim, para este trabalho nos propomos a apresentar os dados referentes aos assassinatos dos indígenas Guarani-Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul entre os anos de 2003 e 2014, que evidenciam a situação de precariedade social vivenciadas por estes sujeitos, reflexos do processo de uso e ocupação históricos de seus territórios tradicionais, aliados a políticas brasileiras e convergências internacionais de empresas.

Com isso, partimos dos pressupostos que as terras indígenas no Brasil podem ser definidas através de três características que representam um movimento: primeiramente temos as terras ameaçadas de invasão pelos fazendeiros e empresas, segundo as terras griladas, suas posses pelo não índio dependem do processo de regularização, e por fim as terras expropriadas, em que a posse já está legalizada nas mãos dos não índios (MARTINS, 1991).

Partindo as considerações de Martins (1991), concluímos que os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas Guarani-Kaiowá perpassam por essas três dimensões territoriais que convergem entre si com uma única finalidade: a desterritorialização destes sujeitos.

A desterritorialização é um processo entendido neste trabalho, como a perda do território apropriado e vivido (PEDON, 2009), pois reflete um conjunto de precariedade e usurpação do saber indígena, bem como o seu viver que foge da lógica dominante e não hegemônica do capital.

Neste sentido, os indígenas tem lutado pela busca da retomada de seu território, ou seja, pela sua reterritorialização. Esta luta se dá através de ações de enfrentamento

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p. 114- , Dez. Ano 2018.

ISSN: 1984-1647

contra o capital e o Estado, partindo de manifestações e dos acampamentos de retomada, considerados neste trabalho como acampamento-tekoha.

Tais apontamentos foram percebidos no trabalho que está dividido em três partes: Primeiramente apontamos os procedimentos metodológicos da pesquisa que contribuíram para avançar e atingir os objetivos do trabalho. Em seguida, apresentaremos brevemente no tópico “As terras Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul: Prefácios dos Conflitos” os aspectos que envolvem estes territórios na conjuntura histórica das frentes de ocupação e consequentemente a desterritorialização destes sujeitos.

Na terceira parte intitulada “Resultado Histórico do Conflito em Mato Grosso do Sul: Os Dados dos Assassinatos Guarani-Kaiowá” apresentaremos os dados quantitativos e qualitativos das mortes Guarani-Kaiowá pelo crime de assassinato resultado dos conflitos a âmbito material e imaterial.

Procedimentos metodológicos

Para suprir os objetivos do artigo, partimos de dois procedimentos metodológicos para a produção de informações qualitativas e quantitativas que nos permitiram avançar nas discussões teóricas e empíricas. Estes procedimentos remetem à pesquisa bibliográfica e pesquisa em banco de dados gerando tabelas, mapas e quadros.

No primeiro caso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que compunha os principais temas de estudo do trabalho permitindo por meio de análises um desenvolvimento satisfatório da pesquisa. Os temas selecionados compunham um conjunto de autores no âmbito acadêmico brasileiro tais como: Análise histórica do processo de ocupação e impactos socioterritoriais Guarani-Kaiowá debatidos por Cavalcante (2010), Mangolim (1993) e Mota (2015); Processo de ocupação territorial e políticas dos Guarani-Kaiowá apresentados por Urquiza e Prado (2015), bem como por Brand (2004); Processo de modificação territorial pelo capital analisado por Prado (2013); Questão a terra por Martins (1995) entre outros.

E no segundo caso, sistematização e geração de tabela e mapa dos dados quantitativos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) criando uma tipologia dos locais de conflitualidade para fundamentação e análise do tema, subsidiado pelo teórico.

Selecionamos para a sistematização dos dados realizados pelo CIMI, os relatórios e violência no campo dos anos de 2003 a 2014 analisando caso a caso para criarmos uma tipologia de ações que nos permitisse a partir dos dados, espacializarmos as ocorrências registradas compondo uma tabela analítica dos locais dos fatos, configurando da seguinte forma:

- Dentro de Aldeias / conflitos internos
- Aos arredores das aldeias
- Acampamentos / áreas de retomada/ conflito interno
- Acampamentos/áreas de retomadas sem motivo identificados
- Acampamentos / áreas de retomada por ataques externos
- Em outras localidades / áreas urbanas / trabalho
- Sem Localidade identificada

Para os dados da FUNAI realizamos a sistematização por meio dos registros disponíveis da situação das terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul o filtro dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani-Kaiowá. Assim, por meio de suas fases do processo de homologação podemos analisar a real realidade dos conflitos e passos históricos destes sujeitos.

Neste sentido, dividimos os dados em territórios, que correspondem as fases do processo: Declarados, Delimitados, Em Estudo, Homologado e Regularizado. Somente na fase de Em Estudo não obtivemos os números das áreas, pois o processo ainda está sendo periciado pelos órgãos responsáveis, representados no mapa com um ponto.

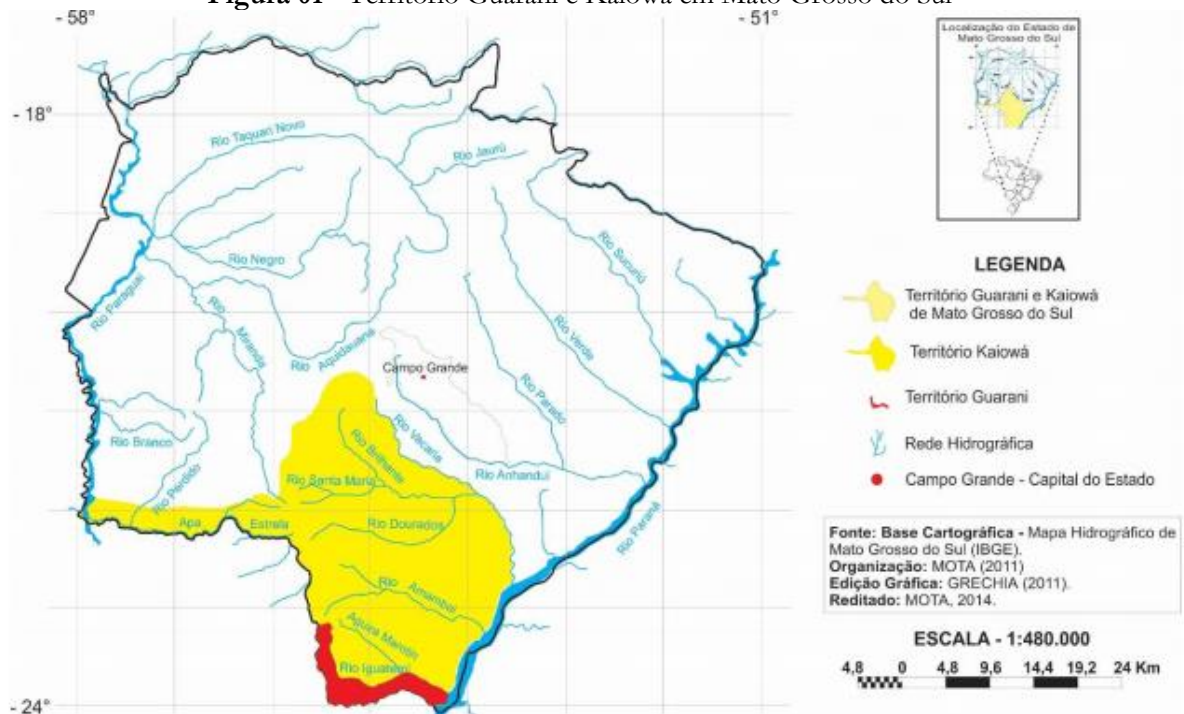
Estas duas metodologias foram importantes ao passo que nos permitiram subsidiar nossas análises no âmbito territorial e imaterial, ao contribuir para a compreensão do objeto de estudo que está ligado com disputas e o movimento da conflitualidade.

As terras Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul: prefácios dos conflitos

A história do processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, remete a vários processos com forte participação dos governos e da estrangeirização de terras, principalmente com criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e com as concessões de terras pela Cia. Matte Laranjeira de origem argentina.

Anteriormente a estes processos, os Guarani-Kaiowá viviam sob uma lógica de reprodução que difere da exposta, abrangendo um amplo território ligando a região que perpassa o Rio Apa, Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi, Serra de Maracajú e a fronteira com o Paraguai (CAVALCANTE, 2013), conforme podemos observar no mapa 1:

Figura 01 - Território Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul¹



Fonte: Mota, 2015, p. 109.

Através do mapa 1 podemos analisar que predominantemente os indígenas Kaiowá têm um território maior que os Guarani, mas em seu contexto de tradicionalidade e referencia cultural, ambos lutam em conjunto por parcela deste território que tem o mato e os cursos d'água como importantes elementos que configuram suas cosmologias – vida.

Neste amplo território, agrupavam-se:

¹ Título do mapa modificado pela autora do artigo.
Revista Geografia em Ato, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p. 114- , Dez. Ano 2018.
ISSN: 1984-1647

... especialmente em áreas de mata, ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias, que mantinham entre si inúmeras relações de casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, denominados de tekoaruvicha (chefes de aldeia) ou ñanderu (nosso pai) (BRAND, 2004, p. 138-139).

Esta configuração territorial, conforme relatado por Brand (2004), parte de uma particularidade a nível cultural no que consideramos como território imaterial, ou seja, é compreendido a partir da determinação de relações de poder, pois “pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (FERNANDES, 2009, p. 211).

No âmbito material, ele é constituído de fixos e fluxos, estabelecendo relações de diferenciações entre Estado, governanças, propriedades, lutas sociais compondo suas ordens: Primeiro território como espaços de governança organizados em diversas escalas; Segundo território como propriedades sendo comunais, privadas, capitalistas, familiares etc.; E terceiro território é o fluxo conexo com territorialidades/formas de uso dos territórios, em que “o caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo” (FERNANDES, 2009, p. 210).

Desta forma, a questão da terra/território (material/imaterial) para os indígenas, especificamente os Guarani-Kaiowá, não pode ser vista como uma mercadoria, pois não há preço nela, sendo considerada sagrada, ocupada pelos seus parentes do passado, ou seja, ela é vida, a “mãe” de todos, como relatado em diversas entrevistas. Conforme nos diz Martins (1981) que a terra indígena é sagrada, baseando-se toda a organização tribal destes sujeitos.

Com a Guerra do Paraguai e na década de 1980 com políticas governamentais, esta situação de amplo território Guarani-Kaiowá mudou drasticamente, pois ocorreu a legitimação do uso e ocupação de seus territórios por meio da CAND e das concessões à empresa estrangeira Cia. Matte Laranjeira:

A CAND teve como base política de ampliação das fronteiras no contexto da política de “marcha para o Oeste” o que ocasionou uma intensificação da desterritorialização dos indígenas na região, bem como aqueles que ainda estavam nos fundos das fazendas.

A partir da criação da CAND, em 1943, a especulação pela terra se acirrará no sul de Mato Grosso do Sul, surgindo um novo modelo econômico e, por conseguinte, colonizador na região, o da formação das fazendas e dos empreendimentos agropecuários que se somam

paralelamente ao processo de retirada das populações Kaiowá e Guarani que ainda viviam em “fundos de fazenda” – em matas que ainda não tinham sido alcançadas pela ocupação agropecuária (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 64).

Já a territorialização da Cia Matte Laranjeira em territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas Guarani e Kaiowá tinha como objetivo a exploração dos ervais que eram abundantes na área (BRAND, 2004). Assim:

Para os Kaiowá, os problemas decorrentes deste projeto de colonização são bem diversos daqueles criados pela Cia. Matte Laranjeira. Esta empresa interessa-se, no primeiro momento, pelos ervais nativos e pela mão-de-obra necessária para a exploração do produto. Confrontavam-se os índios, agora, com colonos em busca de propriedades e interessados em estabelecerem-se nessas propriedades. Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato (BRAND, FERREIRA, AZAMBUJA, 2008, p. 33).

Essa exploração ocorreu sobre o tekoha, desestabilizando a forma e os sentidos de uso, consumo e reprodução que os Kaiowá e Guarani tinham da terra. Muitos indígenas estabeleceram relações de trabalho com a Cia Matte Laranjeira, sofrendo exploração e endividamento quando adquiriam mercadorias, quase sempre superfaturadas, nos barracões da Matte (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 59).

Segundo Prado (2013) a empresa impactou as regiões de Amabais, Campanário, Juti e Caarapó etc. em que, os Guarani e Kaiowá foram perdendo a posse de seus territórios para a exploração da erva para a empresa estrangeira, vindo para fundos de fazendas. Nos anos de 1940 e 1950 a empresas chegaram a arrendar aproximadamente 5.000.000 hectares dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas e o autor ainda afirma que com a criação da CAND e do Território Federal de Ponta Porã a empresa ganhou força. Mas, que posteriormente a criação deste território e pelo aparato legal o Estado por meio de Getúlio Vargas anulou os direitos da Matte Laranjeira com o intuito de liberar as terras para a colonização.

As terras pertencentes aos indígenas Guarani e Kaiowá foram tidas como devolutas, mudando as formas deste território, com o agravo das ações do “órgão indigenista oficial (a partir de 1910, o SPI e, após 1967, a FUNAI), que se muniu de métodos bastante opressivos, com o intuito de levar esses povos a um ideal de “civilização”, aculturação e integração a sociedade nacional” (PRADO, 2013, p. 24).

Estes dois processos impactaram significativamente os tekoha dos Guarani-Kaiowá, que atualmente, estão sobre o controle de empresas nacionais e transnacionais para a produção commodities cana-de-açúcar, milho, soja, eucalipto, algodão entre outras.

Moreno (2005) aponta que a geopolítica do uso e ocupação do solo do estado pelo grande capital, bem como sua tecnificação do trabalho e organização produtiva é uma herança com impactos atuais. Esses impactos são de níveis social, econômico e ambiental, por exemplos, o devido ao uso intensivo de agrotóxicos ou modificação do mercado de terras no estado, com estratégias de compra de terras de empresas/grupos, impedindo a reforma agrária e dificultando a produção agroecológica nos assentamentos.

As empresas/grupos que fazem parte deste cenário são: Adecoagro; ADM, Arauna; Biosev; BR Food; Bunge; Central Energética Vicentina; Ceron; Fibria; Galtere; George Soros, InternationalPaper; Louis Dreyfus; Monsanto; MSU Agro; Odebrecht; Parkia Participações; Raízen; Safi Brasil; SLC Agrícola; Usina São Fernando; Clean Energy; Grupo Biourja e Grupo Poet, com os mais diversos capitais Argentina, Reino Unido, Emirados Árabes, EUA, França, Holanda, Itália, Japão etc. (BUSCIOLI, 2016).

Neste sentido, os Guarani-Kaiowá têm buscado por meio de ações de enfrentamento a retomada de seus territórios frente à situação degradante e de violação de seus direitos. As disputas pelo território são marcadas por tensões e contradições contidas no aparato institucional do Estado, no agronegócio e no latifúndio que tentam impedir a demarcação de territórios indígenas.

Conforme Ana Oliveira (2009) aponta:

Ações como essa de tentar impedir que esses povos permaneçam em seus territórios, mantendo suas formas de organização social e de produção, ou de cooptá-los para o circuito da atividade canavieira, absorvendo-os no processo de produção como força de trabalho superexplorada e, em muitos casos sob condições análogas ao trabalho escravo... Além de provocar o desmantelamento da organização social e da cultura indígena, contribui para aumentar a violência, as mortes por assassinatos, suicídios, desnutrição; bem como a fome e o genocídio desse povo (OLIVEIRA, 2009, p. 220-221).

Diante do processo de desterritorialização dos indígenas Guarani e Kaiowá e as violências cometidas contra sua cultura e território, os indígenas iniciaram um processo de retomada de seus territórios na década de 1970, com a formação de acampamentos. Territórios em extensões bem maiores que as reservas instituídas para sua morada, bem como a retomada dos territórios apropriados pelo capital.

Os acampamentos de retomadas constituem a resistência à condição de reservas, são territórios de esperanças pelo retorno do tekoha:

A territorialização Guarani e Kaiowá nas periferias das cidades, em fazendas, nos acampamentos de retomadas, nos acampamentos sem caráter reivindicatório, nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, são práticas territoriais recentes que se constituem, principalmente, na resistência à condição de Reserva (MOTA, 2015, p. 171).

Segundo Mangolim (1993) os indígenas estão lutando para retomar seus principais instrumentos de luta, seus valores tradicionais como a autoridade religiosa e familiar, as assembleias (Aty Guasu) e a religião.

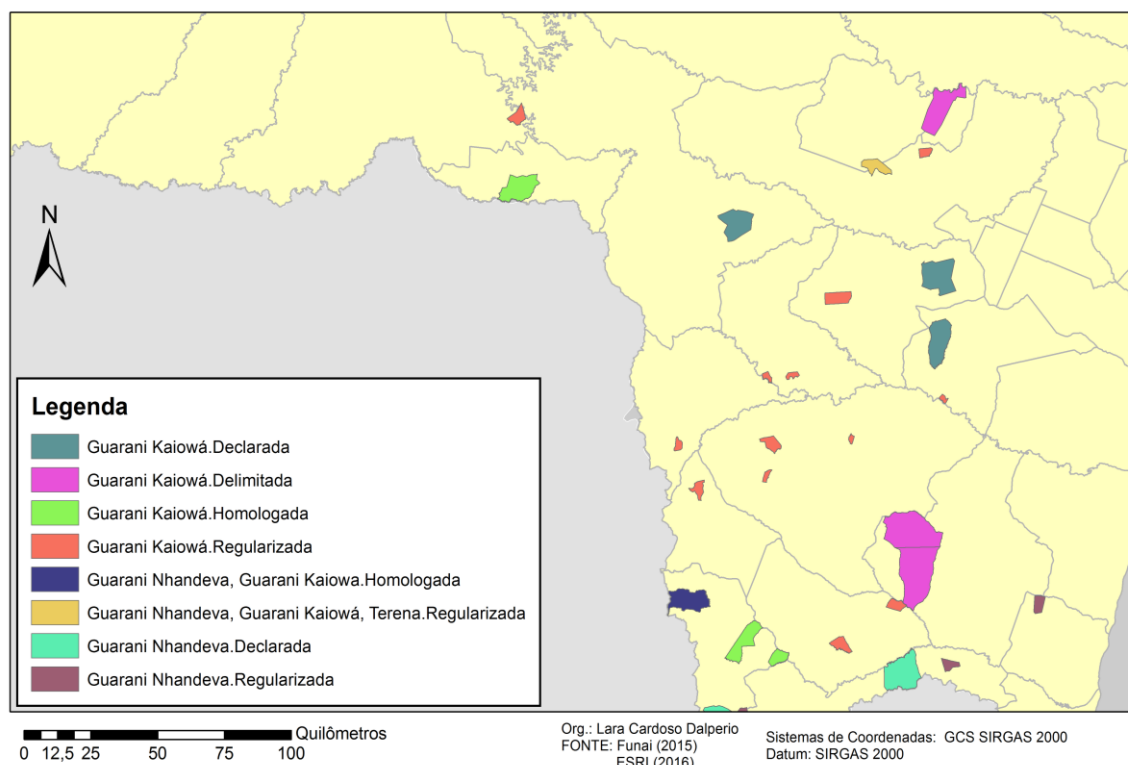
As áreas de retomada a partir da discussão e debate sobre a legalidade e tradicionalidade de suas terras, tornam-se um símbolo de luta e resistência, e em alguns casos culminam na categoria de Em Estudos pelos órgãos competentes de demarcação.

Neste sentido, o quadro 1 e mapa 2 apresentam a situação das terras indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, exibindo nas formas de dados quantitativos e qualitativos, bem como na espacialização o resultado histórico do processo de ocupação e desterritorialização destes povos.

Quadro 01: Situação das terras indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul				
Terras Indígenas	Etnias	Municípios	Superfície (Ha)	Fases
Guyraroká	Guarani Kaiowá	Caarapó	11.440,00	Declarada
Jatayvari	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	8.800,00	Declarada
Taquara	Guarani Kaiowá	Juti	9.700,00	Declarada
Iguatemipegua I	Guarani Kaiowá	Iguatemi	41.571,00	Delimitada
Panambi - Lagoa Rica	Guarani Kaiowá	Douradina, Itaporã	12.196,00	Delimitada
Apapeguá	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Boqueirão-MS	Guarani Kaiowá	Paranhos	0	Em Estudo
Guaiviry-Joyvy	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Iguatemipegua II	Guarani Kaiowá	Amambai, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Dourados, Iguatemi, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Iguatemipegua III	Guarani Kaiowá	Tacuru	0	Em Estudo
Laranjeira Nhanderu	Guarani Kaiowá	Rio Brilhante	0	Em Estudo
Arroio-Korá	Guarani Kaiowá	Paranhos	7.175,77	Homologada
Nãnde Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	Antônio João	9.317,22	Homologada
Sete Cerros	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá	Paranhos	8.584,72	Homologada
Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	Paranhos	2.609,09	Homologada
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	Amambaí	668,0796	Regularizada
Amambai	Guarani Kaiowá	Amambaí	2.429,55	Regularizada
Buritizinho	Guarani Kaiowá	Sidrolândia	9,7428	Regularizada
Caarapó	Guarani Kaiowá	Caarapó	3.594,42	Regularizada
Dourados	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Terena	Dourados, Itaporã	3.474,60	Regularizada
Guaimbé	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	716,9316	Regularizada
Guasuti	Guarani Kaiowá	Aral Moreira	958,7993	Regularizada
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	Tacuru	2.342,02	Regularizada
Jaguari	Guarani Kaiowá	Amambaí	404,7055	Regularizada
Jarara	Guarani Kaiowá	Juti	479,0728	Regularizada
Panambizinho	Guarani Kaiowá	Dourados	1.272,80	Regularizada
Pirakua	Guarani Kaiowá	Bela Vista, Ponta Porã	2.384,06	Regularizada
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	777,5349	Regularizada
Sassoró	Guarani Kaiowá	Tacuru	1.922,64	Regularizada
Sucuriy	Guarani Kaiowá	Maracajú	535,1047	Regularizada
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia	1.776,96	Regularizada

Fonte: FUNAI, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Figura 02: Terras Indígenas Guarani–Kaiowá no Sul de Mato Grosso do Sul



Segundo dados da Funai (2015) sistematizados no quadro 1 e mapa 2, existem três terras Declaradas no estado do Mato Grosso do Sul Guyraroká, Jatayvari e Taquara nos municípios de Caarapó, Ponta Porã e Juti respectivamente. Duas Delimitada Iguatemipegua I e Panambi - Lagoa Rica em Iguatemi e Douradina/Itaporã.

Temos 16 terras na categoria de Regularizadas: Aldeia Limão Verde, Amambai e Jaguari no município de Amambai; Guasuti em Aral Moreira; Pirakua em Bela Vista/Ponta Porã; Caarapó em Caarapó; Taquaperi em Coronel Sapucaia; Panambzinho em Dourados; Dourados em Dourados/Itaporã; Jarara em Juti; Guaimbé, Rancho Jacaré em Laguna Carapã; Sucuriy em Maracajú; Buritizinho em Sidrolândia; e por fim, as terras indígenas Jaguapiré e Sessoró em Tacuru (FUNAI, 2015).

Em relação às Homologadas foram contabilizadas quatro: Ñande Ru Marangatu em Antônio João e Arroio-Korá, Sete Cerros e Takuaraty/Yvykuarusu em Paranhos. E por fim, temos seis terras em estudos: Apapeguá, Boqueirão-MS, Guaivyry-Joyvy, Iguatemipegua II, Iguatemipegua III e Laranjeira Nhanderu (FUNAI, 2015).

Diante do exposto apresentaremos nas páginas que se seguem os dados embasados nos assassinatos indígenas Guarani-Kaiowá no estado do mato grosso do sul

dos quais compreendemos que são o resultado da conflitualidade marcada no estado devido ao caráter de luta e resistências nestes territórios.

Resultado histórico do conflito em Mato Grosso do Sul: os dados dos assassinatos indígenas Guarani-Kaiowá

Em todo o processo histórico de ocupação não-indígena e retomada indígena dos territórios Guarani-Kaiowá culminam hoje o que se configura a conflitualidade entre estes diversos sujeitos resultando em cocontextos de lutas e resistências frente ao avanço do agronegócio e capital.

A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos, constituindo-se como processo gerador e indissociável do desenvolvimento e um obstáculo. Assim, a violência desencadeia uma série de conflitos no campo e está presente na luta pela terra (GIRARDI; FERNANDES, 2009).

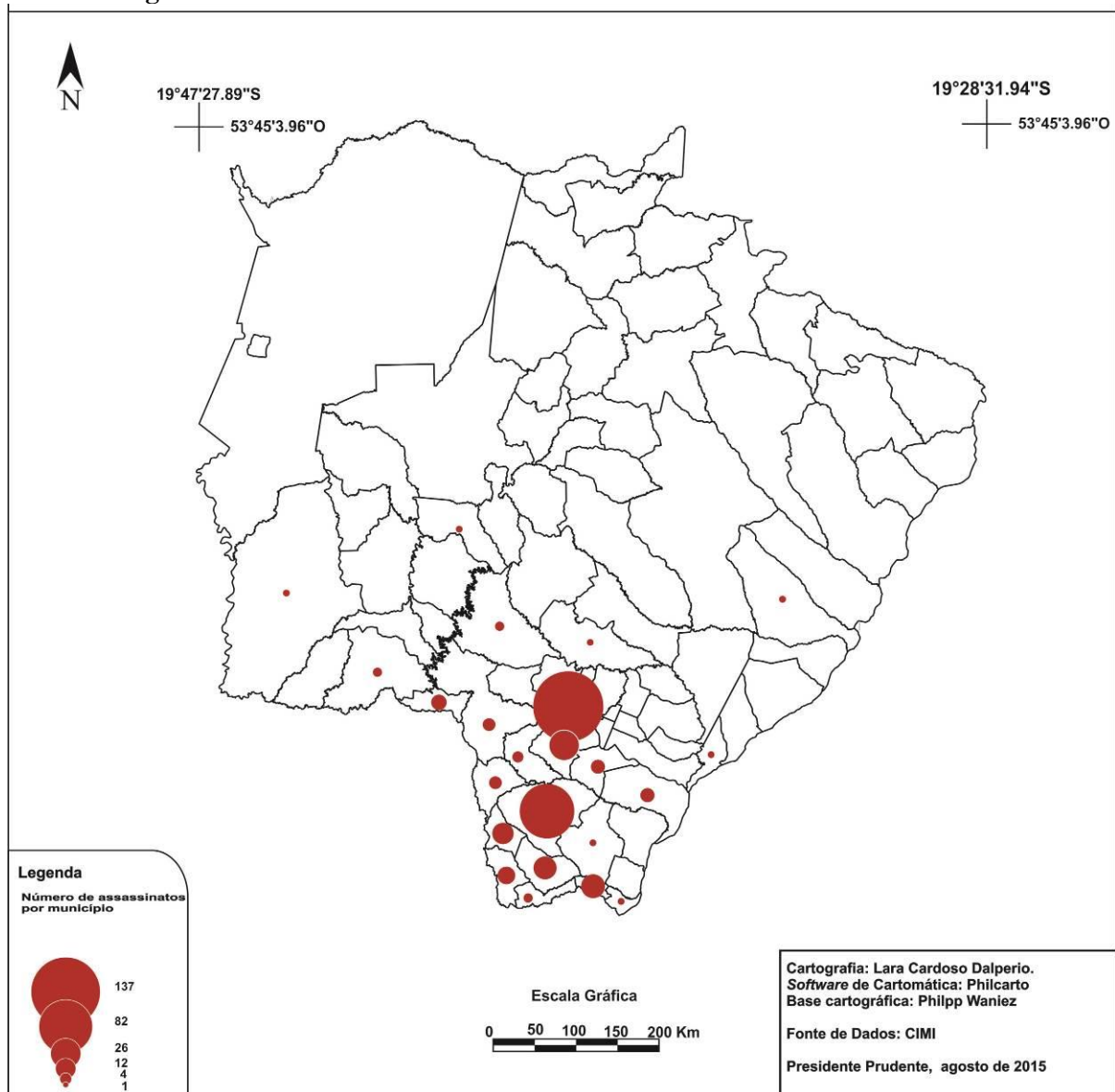
É por meio da conflitualidade que os espaços ganham movimento e são transformados em territórios. Assim, o território pode ser caracterizado como espaço de vida e morte, de resistência, de liberdade (FERNANDES, 2005).

Este território marcado pela vida e pela morte é o que representa hoje a situação dos indígenas Gguarani-Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul. Embora, temos as vitórias das homologações destes territórios de vida, eles se configuram como território de morte por toda a sua historicidade de violência e desterritorialização e pelos conflitos que culminam nos assassinatos destes sujeitos.

Em Mato Grosso do Sul, segundo dados do CIMI mais de 300 índios morreram assassinados em decorrência da luta pelo território, de modo que podemos citar o Marcos Veron, Nízio Gomes, Oziel Gabriel, Genivaldo Vera entre outros. Além disso, em um dos depoimentos produzidos nos trabalhos de campo, foi relatada a ocorrência do processo de desterritorialização, tortura e de deslocamento obrigatório dos indígenas presos em gaiolas e amordaçados para outras áreas do estado do Mato Grosso do Sul, um caso marcante é da comunidade Guarani-Kaiowá que buscaram a sua retomada anos depois.

Diante desta problemática o mapa 3 apresenta a espacialização do número de casos de assassinatos que envolvem o Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul, a tabela 1 informa seus tipos de localidades.

Figura 03: Mato Grosso do Sul – Assassinatos Guarani-Kaiowá – 2003-2014



Conforme podemos observar no mapa 3, a maior concentração de assassinatos ocorre no sul de Mato Grosso do Sul, área em que se encontra a maior concentração de povos Guarani-Kaiowá, com grande densidade populacional e proximidade com centros urbanos, além de tratar-se de uma área em constante conflito pela terra.

Neste contexto, os conflitos sejam no interior das aldeias ou fora destas se intensificam, conforme podemos observar na sistematização dos dados sobre assassinatos de Guarani-Kaiowá entre os anos de 2003 e 2014 que trataremos a partir de tabela 01.

Tabela 01: Mato Grosso do Sul: Assassinatos de Guarani-Kaiowá - 2003-2014	
Assassinatos por local da ocorrência*	Nº vítimas
Dentro de Aldeias / conflitos internos	238
Acampamentos / áreas de retomada/ conflito interno	3
Acampamentos/áreas de retomadas sem motivo identificados	1
Acampamentos / áreas de retomada por ataques externos	6
Aos arredores das aldeias	35
Em outras localidades / áreas urbanos / trabalho	46
Sem Localidade identificada	6
Total	335
Fonte: CIMI. Org. BUSCIOLI, L. D.	

De acordo com os dados sistematizados pelo CIMI, evidenciamos que ocorreram 329 casos de assassinatos culminando em 335 vítimas, ou seja, não necessariamente um caso tenha uma vítima, pode ocorrer mais.

Observando os dados da tabela 1, sobre assassinatos de Guarani-Kaiowá quanto à localização da agressão foi possível identificar que dos 335 assassinatos ocorridos em Mato Grosso do Sul, 71% ocorrerem no interior das aldeias, além de outros 13% do total de assassinatos que ocorreram nos arredores dessas aldeias.

Aqui cabe ressaltar que com a exceção de alguns poucos casos, a maioria desses assassinatos não está diretamente relacionados aos conflitos diretos entre indígenas e não indígenas/fazendeiros a maioria, mas sim a conflitos no interior das aldeias, configurados como latrocínio, violência doméstica, brigas envolvendo uso de bebidas alcoólicas e mais recentemente, crack, haxixe e maconha.

Esta questão é reveladora da precariedade dos territórios em que essas populações se encontram, confirmando o apresentado por Brand (2004, p.143) quando aponta que:

... a análise dos diversos casos tem permitido concluir que a intensidade desses conflitos está relacionada com a história anterior vivenciada pelos participantes desse processo. Ou seja, os conflitos aumentam naqueles casos nos quais encontram-se envolvidos grupos familiares que já passaram por um longo processo de dispersão e fragmentação e, em diversos casos, com pouca participação na história daquela aldeia em disputa. Portanto, aqueles casos onde não se verifica mais um grupo familiar coeso, capaz de articular e dirigir os processos de reocupação da terra. A análise desses conflitos remete-nos para a situação vivenciada nas oito reservas. (BRAND, 2004, p. 143).

Ainda sobre a questão da violência vivida por essas comunidades no interior de suas reservas, destacamos o caso de Ortiz Lopes, ocorrido no Município de Coronel

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p. 114- , Dez. Ano 2018.

Sapucaia em 08/07/2007. A vítima foi assassinada ao abrir a porta de sua casa. Perguntaram seu nome e em segundo a esposa de Ortiz, enquanto o agressor disparava sua arma informou “os fazendeiros mandaram acertar as contas com você”. Local da ocorrência Kurusu Ambá (CIMI, 2007, p. 71)

Outro assassinato que chama a atenção é a de Ambrósio Vilhalba, no interior da Aldeia em Caarapó, em 2013, a vítima havia liderado várias ações como ocupações, bloqueio de rodovia e retomada de uma pequena parte de seu território original, segundo a polícia o mesmo estava em uma confraternização dentro da aldeia e recebeu vários golpes de facas. Não se apresenta nenhuma causa ou início de briga ou desentendimentos.

O assassinato de Marinalva Manoel, importante lutadora pela demarcação da TI Nu Porã, 15 dias antes de seu assassinato a mesma havia integrado uma comitiva que esteve em Brasília, tratando sobre a demarcação de terras. Seu corpo foi encontrado próximo a BR 163, com sinais de abuso sexual e marcas de pelo menos 35 facadas (CIMI, 2014, p. 81). Desse modo, embora não seja comum, foi possível observar casos de assassinatos por mandantes no interior das aldeias, assim como o de lideranças sem explicações aparentes.

Nas áreas de acampamento/retomada foram observados a ocorrência de 10 casos de assassinatos dos quais 60% resultam diretamente dos conflitos pela terra da região, neste caso, destacamos o assassinato em 2005 de Dorival Benites, ocorrido no confronto entre indígenas e mais de pistoleiros, na Fazenda Floresta Negra no município de Sete Quedas, durante a tentativa de retomada da T.I. Sombreiro (CIMI, 2006, p. 67).

Em 2009 dois casos de assassinatos chamam a atenção em as vítimas foram tiradas de suas casas e encontradas mortas à beira de estradas, um em Coronel Sapucaia, a vítima, Osvaldo Pereira Lopes, que vivia em um acampamento a beira da estrada, e o outro, no município de Paranhos, onde um Professor indígena, Genivaldo Verá, que fazia parte do grupo de 25 indígenas que retomaram o Tekohá Ypói, foi encontrado morto em um córrego, seu primo, Rolindo Verá, também professor, que foi levado por homens no mesmo dia não teve o corpo encontrado. Em 2011, mais dois casos de assassinatos ocorreram por ataques de pistoleiros aos acampamentos, um em Paranhos e outro em Amambai.

Observando sobre a localidade de ocorrência desses assassinatos observamos que mais de 19% deles ocorreram fora das áreas de agrupamento de indígenas, sejam urbanas ou rurais, com a característica de que para estas áreas os indígenas se deslocavam

principalmente à trabalho, principalmente em usinas de cana-de-açúcar e em fazendas, dado ao processo de confinamento que estão submetidos, entrando em conflito com outros indígenas ou mesmo com não indígenas.

Desse modo, ao analisar as localidades em que ocorreram os assassinatos, pode-se observar que os motivadores se diferenciam de acordo com a localidade, todavia, ambos estão ligados a de expropriação desses povos de seus territórios originários, assim como, ao processo de luta pela sua retomada.

A partir disso, podemos observar que a problemática da terra, é o principal elemento que reflete na situação precária dos indígenas, que tem dificultado e muitas vezes impossibilitado “a recriação de seus modos de ser e viver com base no Teko Porã – Bem Viver, que se estabelecia em consonância aos ensinamentos deixados por seus ancestrais e suas relações socioterritoriais no Tekoha” (MOTA, PEREIRA, L., 2012, p. 3).

Considerações finais

Este trabalho buscou analisar os dados dos assassinatos indígenas Guarani-Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul entre os anos de 2003 e 2014 que representam o resultado da conflitualidade no território caracterizado como um espaço de vida e de morte.

Para tanto, apresentamos um breve contexto do processo de ocupação dos territórios Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul, que foi marcado pelo sangue indígena devido aos confrontos com as políticas de governos desde a questão da colonização e de “desenvolvimento” perpassando com o processo de aquisição de terras por estrangeiros através da Cia. Mate Laranjeira.

Mesmo, com este histórico de repressão do Estado e dos latifundiários/fazendeiros/agronegócio, os indígenas vêm lutando para conseguir voltar para seus territórios ocupados pelos seus antepassados, num movimento de tradicionalidade baseados em suas cosmologias, ritos, danças, cânticos, batizados, cerimônias entre outros.

Estes processos de confinamento através das reservas e “caça” aos indígenas Guarani-Kaiowá e do processo de retomada geram e promovem a conflitualidade, resultando em alguns casos nas violências traduzidas nos números de assassinatos indígenas que ocorreram em diversas localidades, mas sempre tendo o território como caráter definidor desta relação de poder entre os diferentes sujeitos.

Através dos dados foi possível analisar que os assassinatos ocorreram em sua maioria no Centro-Sul do estado do Mato Grosso do Sul, territórios que originalmente os indígenas Guarani-Kaiowá ocupavam, como apresentado no mapa, um amplo território cercado por matas e cursos d'água que trazem todo o sentido ao Teko Porã.

Referências

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS):** O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nãnderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

BRAND, Antonio Jacó. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr 2004. Disponível em: <ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus6/TL6_antonio_brand.pdf >. Acesso em: 8 set. 2018.

BRAND, Antonio Jacó; FERREIRA, Eva Maria Luiz; AZAMBUJA, Fernando de. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008. 27-51 p

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade:** a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 471 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil - Relatório 2006-2007.** 2007. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/>. Acesso em: 8 set. 2018.

CIMI. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil - Dados de 2014.** Disponível em: <http://www.cimi.org.br>. Acesso em: 8 set. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 8 set. 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p. 114- , Dez. Ano 2018.

ISSN: 1984-1647

de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul**: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MORENO, Gislaene. A apropriação do território. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; PEREIRA, Levi Marques. O Movimento Étnico-Socioterritorial Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul: Atuação do Estado, Impasses e Dilemas para Demarcação de Terras Indígenas. **Boletim DATALUTA**, out 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela descolonização na Reserva Indígena e acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2015.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 571 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

PRADO, José Henrique. **Através do Prestígio: Atuação da Chefia Ameríndia entre Os Kaiowa da Terra Indígena Pirakua**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; PRADO, José Henrique. O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. **Tellus**, ano 15, n. 29, p. 49-71, jul./dez. 2015.